



**AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
DO PIAUÍ – FUNASA**

**Razões de recurso**

**Pregão eletrônico nº 90006/2024**

**Processo adm. nº 25235.000230/2024-21**

**SERVFAZ – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, CNPJ nº 21.088.004/0001-43, sediada na Avenida Dom Severino, n. 657, Bairro Fátima, Teresina – PI, CEP 64.049-370 por intermédio de sua representante legal, Daniela Roberta Duarte da Cunha, portadora de Carteira de Identidade nº 997.292 - SSP/PI e CPF nº 553.764.603-04, vem, tempestivamente, apresentar **RAZÕES DE RECURSO** em face da declaração como vencedora da empresa **PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA LTDA**, CNPJ nº 04.808.914/0004-87, referente ao pregão eletrônico nº 90006/2024, conforme determina o instrumento convocatório e com base nos argumentos que seguem:

**DOS FATOS**

Trata-se de licitação cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada, para as unidades da Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Piauí – SUEST/PI, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos, materiais, equipamentos e EPI's, necessários a execução do serviço, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

No entanto, a empresa recorrida apresenta equívocos insanáveis em sua proposta de preços o que torna seu valor incompatível com a realidade da contratação além de estar em desacordo com a Convenção Coletiva de Trabalho indicada, portanto, devem ser inabilitadas de imediato por ser medida de garantia da lisura do certame.

**DO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE  
TRABALHO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO INSTRUMENTO  
CONVOCATÓRIO**



O edital estabelece por meio do item 6.7.2 a obrigatoriedade de as empresas seguirem as normas coletivas indicadas em suas propostas de preços:

*6.7.2. O sindicato indicado nos subitens acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratado.*

Desde logo, fica claro a obrigação de o licitante seguir as regras estabelecidas pelo instrumento coletivo indicado em sua proposta de preços.

Nesse ponto é importante destacar que a empresa recorrida indicou em sua proposta a Convenção Coletiva registrada no MTE sob o nº PI000176/2023.

Ocorre que a empresa deixou de cotar em sua proposta de preços o custo referente a contratação de menor aprendiz nos termo da CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA do instrumento coletivo indicado pela licitante, vejamos:

*§4º. Considerando a obrigação legal da reserva de cargo de jovem aprendiz, previsto no art. 429 da CLT, bem como imposições contratuais contidas nos art. 92, inciso XVII e art. 116 da Lei Federal no 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES), **as empresas deverão obrigatoriamente: 1 - Incluir nos seus orçamentos e planilhas de custo o valor mensal mínimo de R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais)**, o qual será multiplicado pela quantidade de empregados previstas no orçamento/contrato; 2 - Serão objeto de revisão os contratos firmados, os quais deverão ser aditivados para inclusão do quanto disposto nessa cláusula; 3 - **Caso a empresa não inclua em seus novos orçamentos o quanto previsto no item 1, do parágrafo quarto, desta cláusula, o contratante fica autorizado a desclassificar sua proposta de preços por descumprimento de norma coletiva, e eventual contratação será considerada irregular autorizando os sindicatos a informar aos órgãos competentes para fiscalização da contratada e tomador dos serviços, para cumprimento da legislação de regência.***

A partir da leitura do excerto acima é possível dizer que o valor de R\$84,00 (oitenta e quatro reais) é custo obrigatório em todas as planilhas de custos e deveria ser observado pelos licitantes em suas propostas de preços.

Além disso, infere-se da segunda parte do normativo que a ausência do valor enseja até mesmo a desclassificação das empresas de certames em razão do descumprimento de norma coletiva.



É importante destacar que a previsão constante do §4º da cláusula vigésima segunda da CCT reforça o que está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho:

*Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.*

Sendo assim, por imperativo da própria CLT, as empresas que trabalham com vigilância armada, função que demanda formação profissional específica são obrigadas a empregar menores aprendizes na proporção mínima de 5% de seu quantitativo de colaboradores.

Frisa-se ainda que a mão de obra aprendiz não precisará ser contratada para atuar nos postos de vigilância pois a contratação pode ocorrer para trabalhar corpo administrativo da empresa, logo, não há obstáculos ao tipo de contratação determinada pela CLT e reafirmado pela CCT.

O próprio Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Piauí – SINDESPI, já se manifestou quanto a legitimidade e obrigatoriedade de cotação do valor referente a contratação dos menores aprendizes pelas empresas signatárias da Norma Coletiva nº PI000176/2023, através de Ofício nº 019/2024-SINDESP/PI de 19 de março de 2024 (em anexo), direcionado ao Instituto Federal do Piauí reforçando que o custo inserido na Cláusula Vigésima Segunda é decorrente de imposição legal contida na CLT, devendo, portanto, ser repassado em planilha de custos e formação de preços, sob pena de afetar o equilíbrio econômico-financeiro contratual quando da execução dos serviços.

Sendo assim, a empresa está obrigada a seguir todos os termos da norma coletiva indicada em sua proposta com a inclusão do valor de R\$84,00 (oitenta e quatro reais) em sua planilha de custos sem que ocorra a majoração do seu valor final arrematado. Caso contrário deverá ser desclassificada do certame.

Diante do exposto é o presente recurso para que a empresa seja diligenciada para que insira em suas planilhas de custos e formação de preços o custo referente a contratação com menores aprendizes, de acordo com o §4º da cláusula vigésima segunda



da Norma Coletiva, o art. 429 da CLT e item 6.7.2 do edital sem que seu valor seja majorado e garantindo as condições de exequibilidade da proposta.

### **DOS PEDIDOS**

Isto posto, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da isonomia entre os concorrentes, requer a reforma da decisão que declarou as empresas PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA LTDA, CNPJ nº04.808.914/0004-87, vencedoras do certame, com a sua imediata desclassificação em razão do descumprimento do §4º da cláusula vigésima segunda da norma coletiva, do art. 429 da CLT e item 6.7.2 do edital.

Caso o entendimento seja contrário à imediata desclassificação imediata que a empresa seja então diligenciada para que acrescente o valor referente à contratação de jovem aprendiz em suas planilhas de custos, nos termos da CCT nº PI000176/2023, sem que seu valor final seja majorado, garantida a exequibilidade de sua proposta.

Teresina, PI, 13 de novembro de 2024.

**DANIELA ROBERTA DUARTE DA CUNHA**

Titular Administradora

RG.: 997.292 - SSP/PI

CPF: 553.764.603-04